

**ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA
ARTE E CULTURA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrações dos superávits

Quadro 3 - Demonstrações do resultado abrangente

Quadro 4 - Demonstrações das mutações do patrimônio social

Quadro 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da
ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA.
São José dos Campos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA. ("ASSOCIAÇÃO")** em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

As demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA**, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Entretanto, os contratos nº 27.196/12 e nº24.892/11, ambos firmados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, responsáveis pela origem das verbas da administração, manutenção e eventos da Associação, se encerram em 15 de dezembro de 2016 e 22 de julho de 2017, respectivamente conforme respectivos aditamentos. Até o presente momento, não há evidências formais de renovação dos referidos contratos, o que gera dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo parecer emitido em 25 de fevereiro de 2015, continha parágrafo de ênfase referente à continuidade das operações da Associação.

São José dos Campos, 19 de fevereiro de 2016.



Ricardo José Patine Filho
Sócio diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

QUADRO 1**ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014****(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	852	944
Clientes		17	1
Adiantamentos		106	91
Projetos a receber	5	7.546	6.851
Outras contas a receber		23	33
		8.544	7.920
Não circulante			
Imobilizado	6	356	353
		356	353
Total do ativo		8.900	8.273

	Nota explicativa	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	7	58	21
Obrigações tributárias		7	6
Obrigações trabalhistas	8	390	374
Recursos de projetos	9	8.239	7.662
		8.694	8.063
Patrimônio social			
Superávits acumulados		206	210
		206	210
Total do passivo e patrimônio social		8.900	8.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	10		
Subvenções para custeio		8.198	7.604
Doações diversas		194	41
Receitas com serviços		394	218
(-) ISS sobre serviços		(8)	(5)
Outras receitas		<u>71</u>	<u>89</u>
(=) Superávit bruto		8.849	7.947
 Despesas			
Despesas operacionais e administrativas	11	(8.489)	(7.164)
Custos com projetos	12	(352)	(690)
Despesas financeiras		<u>(12)</u>	<u>(9)</u>
 (=) Superávit (déficit) do exercício		<u>(4)</u>	<u>84</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(4)</u>	<u>84</u>
	<u><u>(4)</u></u>	<u><u>84</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro 2013	126	126
Superávit do exercício	<u>84</u>	<u>84</u>
Em 31 de dezembro 2014	210	210
Superávit do exercício	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
Em 31 de dezembro 2015	<u><u>206</u></u>	<u><u>206</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	(4)	84
Ajustes por:		
Depreciação	<u>47</u>	<u>31</u>
Superávit ajustado	43	115
Diminuição (aumento) clientes	(16)	(19)
Diminuição (aumento) em adiantamentos	(15)	(9)
Diminuição (aumento) em projetos a receber	(695)	107
Diminuição (aumento) em outras contas a receber	10	5
Aumento (diminuição) em fornecedores	37	(43)
Aumento (diminuição) em obrigações tributárias	1	3
Aumento (diminuição) em obrigações trabalhistas	16	172
Aumento (diminuição) em recursos de projetos	<u>577</u>	<u>(7)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(42)	324
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	<u>(50)</u>	<u>(272)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(50)	(272)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(92)</u>	<u>52</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	944	892
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>852</u>	<u>944</u>
	<u>(92)</u>	<u>52</u>

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA (“ASSOCIAÇÃO”)**, localizada na rua Engenheiro Prudente Meireles de Moraes 302, São José dos Campos – SP, é uma associação civil sem fins lucrativos, políticos-partidários ou religiosos.

Seu objetivo principal é o desenvolvimento da cultura, a pesquisa e do ensino, e, especificamente, a consecução dos seguintes objetivos:

- Administrar, prestar e explorar todo tipo de serviços públicos ou privados de arte, cultura e preservação histórica, artística, arquitetônica e cultural, inclusive os auxiliares, complementares ou derivados;
- Elaboração de estudos, programas, e projetos de viabilidade para transformação do município em pólo regional nas áreas de arte, cultura e afins.

A Associação teve início em 2007, mas o primeiro balanço apresentado nas demonstrações financeiras, é o de 2011, em virtude de suas operações iniciarem a partir de 1º de agosto de 2011, com o contrato com a prefeitura de São José dos Campos.

Em 2015 a Associação renovou seu contrato nº 24.892/11 junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos, conforme descrito na nota explicativa nº 5. O contrato refere-se a administração e manutenção do Parque Vicentina Aranha, localizado na cidade de São José dos Campos e tem vigência até 22 de julho de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como os pronunciamentos aplicáveis a entidades sem fins lucrativos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - (NBC ITG 2002 e Resolução nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009) e a Lei nº 9.532/97.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, quando aplicável.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A associação revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão por sua administração em 31 de janeiro de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. APURAÇÃO DO SUPERÁVIT

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Associação, e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos (quando aplicável).

A receita de subvenção é reconhecida ao longo do período e confrontada com as despesas que serão compensadas.

3.2. AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os saldos apresentados em direitos a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

3.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. PROJETOS A RECEBER

Compostos pelos contratos firmados com associações, fundações, entidades privadas e governamentais, em seu correto período de competência. Quando caracterizados de longo prazo, esses contratos são submetidos ao cálculo do valor presente, utilizando uma taxa média de mercado. Também são consideradas possíveis provisões por crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável.

3.5 ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

A depreciação foi calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e levou em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2015 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores de serviços, os quais se aproximam do valor justo nessa data.

3.7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura é um entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descrita em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pela autoridade fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços bem como os rendimento de aplicações financeiras.

3.8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os valores correspondentes a obrigações trabalhistas devido aos empregados estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e pagos sobre a folha de pagamento.

A provisão para férias e respectivos encargos foi constituída com base nas férias vencidas e proporcionais.

3.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Associação é o Real.

3.11. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	5	12
Bancos conta movimento	297	932
Aplicações financeiras	<u>550</u>	<u>-</u>
	<u>852</u>	<u>944</u>

A rubrica “Bancos conta movimento”, registrada no valor de R\$297 (R\$932 em 2014), é composto por recursos provenientes de:

- **Recursos próprios:** compostos por recursos decorrentes de captação de recursos, locação de espaço e eventos - (Banco do Brasil e Caixa Econômica);
- **Recursos de projetos:** composto por recursos necessários à operacionalidade dos projetos (Banco do Brasil e Caixa Econômica);

A rubrica “Aplicações financeiras”, registrada no valor de R\$550 em 2015 é composta por investimentos em poupança com rendimento médio de 9% ao ano.

5. PROJETOS A RECEBER

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contrato 24.892/11 PMSJC	5.641	3.781
Contrato 27.196/12 Educação PMSJC	1.805	1.723
Proac - FLIM	60	-
Proac - Biblioteca	40	-
Contrato FCCR	<u>-</u>	<u>1.347</u>
	<u>7.546</u>	<u>6.851</u>

A rubrica “Projetos a receber”, registrada no valor de R\$7.546 (R\$6.851 em 2014) é composta por valores a receber dos contratos firmados com entidades para manutenção das operações da Associação.

Atualmente o contrato de nº 24.892/11, firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, é o principal contrato da Associação, e sua vigência se encerra em 22 de julho de 2017. Além deste contrato, a Associação possui outros convênios e aditivos contratuais, tais como Fundação Cassiano Ricardo, Secretaria Municipal de Educação, Governo do Estado de São Paulo, entre outros.

6. IMOBILIZADO

a) Composição:

				Imobilizado líquido	
Item	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	2015	2014
Recursos próprios					
Benfeitorias	4	112	(7)	105	109
Instalações	10	1	-	1	-
Instrumentos musicais	10	33	(4)	29	32
		146	(11)	135	141
Recursos de terceiros					
Máquinas e equipamentos	10	19	(4)	15	16
Móveis e utensílios	10	70	(16)	54	60
Ferramentas	10	3	(1)	2	3
Equipamentos de Informatica	20	104	(50)	54	65
Veículos	25	9	(4)	5	8
Instalações	10	35	(9)	26	20
Biblioteca	0	8	-	8	8
Instrumentos musicais	10	12	-	12	-
Equipamentos de Audio/Som	10	45	(4)	41	27
Softwares	20	6	(2)	4	5
		311	(90)	221	212
Imobilizado total		457	(101)	356	353

A rubrica “Imobilizado” registrada no valor líquido de R\$ 356 (R\$ 353 em 2014) é composta de bens adquiridos por Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. Conforme determinado pelo CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental, a Associação reconhece a receita de subvenção decorrente da compra de imobilizado, conforme a sua realização, que ocorre quando o ativo é depreciado.

b) Movimentação no custo do ativo imobilizado

Item	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Recursos próprios				
Benfeitorias	112	-	-	112
Instalações	-	1	-	1
Instrumentos musicais	33	-	-	33
	145	1	-	146
Recursos de terceiros				
Máquinas e equipamentos	19	-	-	19
Móveis e utensílios	70	1	-	71
Ferramentas	3	-	-	3
Equipamentos de informática	94	8	-	102
Veículos	9	-	-	9
Instalações	26	9	-	35
Biblioteca	8	-	-	8
Instrumentos musicais	-	13	-	13
Equip de audio e som	27	18	-	45
Softwares	6	-	-	6
	262	49	-	311
Total	407	50	-	457

7. FORNECEDORES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Engeseg	44	-
Arjona e Carvalho	4	-
Outros	<u>10</u>	<u>21</u>
	<u>58</u>	<u>21</u>

A rubrica “Fornecedores” registrada no valor de R\$58 (R\$21 em 2014) é composta pelos gastos com estrutura física, segurança e outros, com o objetivo de manter as atividades da Associação.

O Contrato com a Engeseg (Empresa de Segurança) permanece vigente, todavia, o pagamento da fatura do mês de dezembro de 2015 foi efetuado no mês subsequente.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão de férias	384	334
Encargos sociais a recolher	6	5
Salários a pagar	<u>-</u>	<u>35</u>
	<u>390</u>	<u>374</u>

A rubrica “Obrigações Trabalhistas”, registrada no valor de R\$ 390 (R\$374 em 2014) é composta por encargos sociais, bolsa auxílio e provisão de férias. Os salários da competência de dezembro de 2015 foram pagos dentro do mês.

9. RECURSOS DE PROJETOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contrato de gestão PMSJC	7.761	5.981
Prac - Fim	200	-
Convenio MINC	146	112
Convenio FCCR	92	1.569
Proac - Biblioteca	<u>40</u>	<u>-</u>
	<u>8.239</u>	<u>7.662</u>

A rubrica “Recursos de projetos”, registrada no valor de R\$8.239 (R\$7.662 em 2014), é composta pelos recursos recebidos junto às entidades que celebraram contratos e convênios de parcerias com a Associação. Esses recursos são reconhecidos conforme gastos incorridos, de acordo com o CPC 07 – Subvenções e assistência governamentais.

Conforme mencionado na nota explicativa nº5, atualmente o contrato de nº 24.892/11, firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, é o principal contrato da Associação, e sua vigência se encerra em 22 de julho de 2017.

10. RECEITAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Subvenções para custeio	8.198	7.604
Receitas com serviços	394	218
Doações diversas	195	41
Outras receitas	70	90
Deduções	<u>(8)</u>	<u>(6)</u>
	<u>8.849</u>	<u>7.947</u>

A rubrica “Receitas” registrada no valor de R\$8.849 (R\$7.947 em 2014), é composta pela realização dos projetos de subvenção, com característica de contratos e convênios, bem como doações e serviços prestados na própria Associação.

A rubrica “Receitas com Serviços” registrada no valor de R\$ 394 (R\$ 218 em 2014), é composta por receitas de locação relativas aos espaço para eventos.

A rubrica “Doações diversas” registrada no valor de R\$195 (R\$41 em 2014) é composta pelas doações espontâneas recebidas pela Associação.

11. DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com mão de obra	5.557	4.064
Despesas com serviços especializados	1.529	1.662
Segurança patrimonial	670	667
Despesa predial	388	391
Despesas com informática	71	55
Outras despesas	<u>274</u>	<u>325</u>
	<u>8.489</u>	<u>7.164</u>

A rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” registrada no valor de R\$8.489 (R\$ 7.164 em 2014), refere-se aos valores pagos a colaboradores da Associação, bem como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços especializados. Em dezembro de 2015 o quadro de funcionários da Associação é de 104 funcionários e 1 estagiário.

12. CUSTOS COM PROJETOS

	2015	2014
Despesas administrativas	134	318
Musicos e corpo de orquestra - pessoa jurídica	77	108
Outros serviços prestados - pessoa jurídica	50	16
Musicos e corpo de orquestra - pessoa física	33	40
Materiais de produção	29	38
Alimentação musicos	23	53
Locação de equipamentos para produção	6	30
Produtor executivo - pessoa jurídica	-	40
Inspetor - pessoa jurídica	-	21
Montadores - pessoa jurídica	-	21
Doações para os musicos	-	3
Cantores/ Solistas - pessoa jurídica	-	2
	352	690

A rubrica “Custos com Projetos” registrada no valor de R\$ 352 (R\$ 690 em 2014), refere-se aos gastos relacionados aos eventos promovidos pela Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura em parceria com a Fundação Cassiano Ricardo.

13. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Associação não adota a política de contratar cobertura de seguros.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Associação em 2015 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas à contas a pagar e a receber com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço social próximos aos valores de mercado.

A Associação não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes relevantes após o encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(***)